

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ADOLESCENTES COM
NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA LICEU DE
IGUATU/CE, EM 2018.**

José Aurilo Bezerra da Silva

Instituto Federal de Ciências e tecnologia-IFCE;

aurilo_macedo@hotmail.com

Antonia Raiane do Nascimento

Instituto Federal de Ciências e tecnologia-IFCE;

raianemombaca222@outlook.com

Luzineide Moreira Martins

Instituto Federal de Ciências e tecnologia-IFCE;

luzineide711@gmail.com

Antonia Laysla do Nascimento

Instituto Federal de Ciências e tecnologia-IFCE;

lais-lima@hotmail.com

Célia Maria Freitas Guedes Amorim

Instituto Federal de Ciências e tecnologia-IFCE;

celiafreitasguedes@yahoo.com.br

RESUMO: A inclusão da criança especial em escolas do ensino médio vem sendo bastante discutida no âmbito educacional. Porém é um tema que atualmente vem sendo discutido com maior frequência, pois hoje, a demanda de discentes com necessidades especiais em ambiente escolar regular do ensino público aumentou e muito. Desse modo, o referente trabalho apresenta como problemática: o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais na escola de ensino médio da rede pública Dr. Jose Gondim-Liceu de Iguatu/CE, e com base nessa problemática, o objetivo geral é verificar como acontece o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais na escola Liceu de Iguatu/CE. A referida pesquisa se sucedeu por meio de um estudo de caso da escola Liceu de Iguatu/CE, onde realizou-se entrevistas com alunos atendidos pelo atendimento especializado, também foi entrevistado a professora Daniele que é coordenadora do atendimento especial, na turma do 3º ano do ensino médio. No entanto, foi possível observar as dificuldades da prática pedagógica da professora em relação aos alunos, pois eram cerca de 22 alunos para ofertar o atendimento especializado. Por esse motivo, o presente trabalho trata de início da inclusão e da importância da formação que o profissional da educação necessita para trabalhar os alunos com necessidades especiais em sala de ensino regular.

Palavras-chaves: Escola; Inclusão; Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

Durante os séculos XVIII e XIX, as pessoas com necessidades especiais eram tratadas “anormais” e assim, eram descartadas da sociedade. Somente no século XX, as mesmas passaram a ser reintegradas no convívio social, ou seja, começaram a ser percebidas pela sociedade, assim como o reconhecimento dos seus direitos como qualquer outro cidadão (FERREIRA, 2003).

[...] a partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência; a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular.” (JANUZZI, 2004).

Em “relação a essas organizações, em 1990, foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, realizada na Tailândia, com a participação de

educadores de todo o mundo. O motivo maior dessa conferência foi exatamente a carência em relação à educação, principalmente em países pobres onde as minorias de pessoas com necessidades especiais não estavam presentes nas escolas e salas de aula regulares. (AINSCOW, 1997) A luta para conseguir a implementação de uma educação de qualidade para todos, conseguiu em muitos países, que seus objetivos fossem, ao menos em parte, cumpridos, ainda que haja muito a ser realizado (MUÑOZ, 2007).

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 17).

Tal situação decorre do fato de que a escolarização foi, por muito tempo, privilégio das elites, pois – apesar da existência de algumas propostas educacionais,

Segundo documentos e estudos realizados – não havia uma política inclusiva da população em geral, na escola. (GATTI; BARRETO, 2009).

Durante muito tempo as pessoas com deficiência foram excluídas do convívio social. Eram impedidas de frequentar locais públicos, de socializar, inclusive com a própria família já que quase sempre essas pessoas viviam isoladas do resto do mundo e eram tratadas como animais selvagens muitas das vezes. Há algum tempo as pesquisas e os estudos a respeito das deficiências e de como classificá-las começaram a intensificar-se.

De acordo com Kassir (1998) na idade antiga aqueles que apresentavam alguma deficiência eram exterminados por serem considerados empecilhos para a sobrevivência do grupo. Na idade média continuaram a serem eliminados ou eram vistos como castigo divino. Existem relatos de que pais abandonavam as crianças e aqueles que conseguiam sobreviver acabavam sendo exploradas ou tornando-se atrações circenses. Quando nasciam com deficiência, as pessoas eram vistas como bruxas, seres diabólicos que deveriam ser castigados ou encaradas como castigos de Deus.

Ainda na idade média, no entanto, a Igreja passa a acolher essas pessoas e a combater, inclusive, o abandono das crianças com deficiência. A partir do século IV começaram a surgir os hospitais e asilos para acolhê-los. Mesmo que os objetivos desses hospitais fossem proteger, abrigar e educar, eles acabavam excluindo essas pessoas do restante da sociedade.

Segundo Kassar (1998, p.4) na Idade Moderna “houve uma grande população de pobres, mendigos e indivíduos com deficiência, que se reuniam para mendigar”. Com a revolução industrial surge um grande número de pessoas vitimadas de acidentes de trabalho. Foi percebido, então, que era necessário fazer algo por essas pessoas. Com as duas grandes guerras mundiais, há um número elevado de pessoas mutiladas e, desse modo, os hospitais começaram um atendimento especializado às pessoas com deficiência e aos mutilados de guerras. Segundo Mazzota (2005), as primeiras mudanças e movimentos em prol das pessoas com deficiência ocorreram na Europa.

Os estudos médicos e psicológicos também contribuíram para uma nova visão sobre as pessoas com deficiência, dentre esses trabalhos podemos citar o trabalho de Jean Piaget, Helena Antipoff e Maria Montessori. Aos poucos, as pessoas com deficiência começaram a ser retiradas dos hospitais e asilos com o discurso de reintegrá-los à sociedade e ao mercado e trabalho, porém isso foi bastante discutido e questionado, pois familiares e outros que estavam à frente de movimentos em defesa dessas pessoas, defendiam que o governo estava apenas querendo tirar o peso dos gastos com essas pessoas de suas costas e que, apenas integrá-las e integrá-las não seria o suficiente e que algo mais deveria ser feito.

No decorrer do século XX proliferaram as escolas especializadas e as pessoas com deficiência passaram a receber atendimentos de especialistas, numa tentativa de reabilitar e integrar essas pessoas. Em se tratando de educação, Kassar (1998) diz que o objetivo de criar salas de aula especiais é separar os alunos “normais” dos alunos “anormais”. Segundo Nunes, Saia e Tavares (2015) Entre os anos 1950 e 1980, houve um forte movimento contra a política de segregação, defendendo-se a ideia de integração das pessoas com deficiência, cabendo a elas o máximo esforço para reverter o quadro de deficiência e conseguir sua adaptação ao meio social (p.1109).

2. METODOLOGIA

O referente trabalho e caráter exploratório, com estudo de caso da escola Liceu de Iguatu, onde foram realizadas entrevistas com alunos especiais que cursavam o 3º ano do ensino médio da rede pública do ensino regular, também foi realizada entrevista com a professora responsável pelo atendimento especializado e com todas as crianças especiais da escola, Daniele, que cujo momento da entrevista nos relatou ser o único profissional que realiza o atendimento especializado com as crianças, e para reforçar as ideias fomentadas durante o decorrer deste trabalho utilizaremos alguns autores como BOSSA (2002), FERREIRA (2003), dentre outros que foram citados para reforçar as ideias presentes neste trabalho.

3. RESULTADOS E DISCURSÕES

Nos dias atuais a presença dos profissionais da saúde nas escolas é fundamental para o processo de inclusão, pois além de atender a alunos com deficiência funcionam também como suporte pedagógico oferecendo aos educadores ferramentas que poderão ajudá-los em questionamentos a partir da formalização das noções e conceitos trabalhados nesses suportes. Sabendo que a formação da inclusão não fornece respostas prontas, esta é apenas uma forma de trabalhar o educador sobre seu aluno ajudando-lhe a compreender qual tipo de apoio é necessário à necessidade que esse possa ter.

A formação continuada tem um papel fundamental na carreira profissional do educador, na medida em que o saber está sendo construídas, novas experiências estão sendo acumuladas, tornando o profissional mais preparado de tal modo, que este possa trabalhar as necessidades do ensino inclusivo. (SANTOS, 2007).

A escola ou rede de ensino necessita de um professor que saiba avaliar sua eficiência, avaliar problemas de comportamento e definir estratégias, principalmente deve saber demonstrar, atuando diretamente com a criança, tudo que quer transmitir. BRASIL (2004, p.25).

A falta de ofertas de formações para professores que trabalham, ou trabalharão com a inclusão, atrapalha os mesmos na falta de conhecimento a respeito das diferenças individuais de seu grupo de alunos. Muitos questionam quais recursos, metodologias e que tipo de avaliação trabalha com esses alunos que devem ser vistos de maneira igual aos demais (SANT'ANA, 2005).

As dificuldades para lidar com a diversidade são mencionadas por educadores de diversas áreas, a falta de apoio educativo as escolas que apresentam alunos com deficiência e a falta de capacitação, são fatores que deixam a desejar na aprendizagem desses alunos, uma vez que eles “vão passando de série em série naturalmente”, independentemente de seu aprendizado.

Para que haja verdadeiramente uma transformação em relação à educação desses alunos, a primeira mudança a ser feita é na escola, modificando a organização e funcionamento do ambiente e adaptando o seu projeto político-pedagógico. Inserir em seu plano, atividades escolares com a criação de vários fatores que possam influenciar a dinâmica da sala de aula e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. (SILVA, 2010)

Há suposições a serem enfrentadas pelo professor no cotidiano de sala de aula sugerem “[...] as receitas pedagógicas que partem do pressuposto que todos são iguais; os livros didáticos com suas perguntas e respostas prontas, os planejamentos e avaliações fechadas e fixas [...]” (SILVA; RIBEIRO; MIETO, 2010, p.206).

Com a falta de recursos advindos da escola, o educador pode trabalhar em sala, técnicas de avaliação processual em ferramentas importantes na adaptação e a organização das estratégias, que podem variar em cada professor e constitui durante todas as atividades as quais facilitarão o reconhecimento das necessidades do aluno em todas as situações. O planejamento será realizado de acordo com a evolução do aluno levando sempre em consideração a competência pedagógica de cada professor.

Para fomentar ainda mais essa discussão relataremos agora os depoimentos obtidos nas entrevistas feitas com os alunos com necessidades especiais da escola Liceu de Iguatu, onde buscou se compreender como ocorre o processo de inclusão na mesma.

A entrevista foi realizada na escola de ensino médio Doutor José Gordin com a professora da sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e com uma aluna com síndrome de down.

No questionário aplicado com a aluna uma das perguntas realizadas foi ao ingressar no ensino médio porque você escolheu a escola Liceu de Iguatu? A aluna

relatou que tem um sonho de fazer uma faculdade de pedagogia e que a escola em que está é muito bem recepcionada.

Na segunda pergunta foi questionado se a mesma ao optar pelo ensino médio não procurou ou se interessou em estudar numa escola técnica profissionalizante? A mesma respondeu que não tinha interesse em estudar numa escola profissionalizante, pois não se identifica com os cursos ofertados pelas EPTs, e que também gosta de estudar na referida escola. No decorrer da entrevista a aluna afirma que é muito bem tratada pelos professores, eles prestam o máximo de assistência, mesmo com algumas limitações em sua formação acadêmica! O mesmo também acontece com seus colegas de classe, Eles auxiliam no necessário e a tratam com carinho e respeito.

Ao entrevistar a professora do AEE ela nos relatou que nem todos os alunos possuem um cuidador, que somente alguns alunos possuem, pois apresenta dificuldades de locomoção, por exemplo, ou com necessidades mais específicas e críticas. Ao questionamos sobre o que ela acha daquele aluno que não possui um acompanhamento do monitor, se não atrapalha o desenvolvimento da aprendizagem? A mesma disse que em sua opinião o monitor atrapalha e que não acha vantajoso, pois diferencia mais ainda o aluno com deficiência e o aluno acaba se escorando e fica muito dependente do monitor.

A professora completou dizendo que ao entrar no ensino médio os alunos demonstram muita dificuldade em adaptação, porque no ensino fundamental eles possuem um acompanhamento do monitor e ao estarem nesta nova realidade demoram mais tempo para se adaptar. O atendimento acontece no contra turno e em alguns casos no horário da aula, pois alguns alunos não tem como vim no contra turno.

A escola atende a crianças com síndrome de down, autismo, deficiência intelectual, deficiência física e transtornos de TDH. Questionamos a professora se ela já fez alguma formação promovida pela escola ou pelo estado e a mesma nos respondeu que não fez nenhuma, pois os órgãos responsáveis não fornecem formações e que ela busca sempre na internet informações e atividades para desenvolver com os alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de estudos analisados e do levantamento bibliográfico realizado, foi constatado que o processo de inclusão na escola Liceu de Iguatu, vem ocorrendo de forma gradativa, pois a escola não possui uma estrutura física conforme o que é exigido nas Leis de Diretrizes e Bases (LDB), também foi percebido o aumento de alunos com necessidades especiais no ensino médio da escola liceu.

Após a popularização do paradigma da inclusão e, conseqüente, extinção das escolas especiais. Sobre este histórico da educação especial, destacando as diferentes formas de atendimento dispensadas à pessoa com necessidades educacionais especiais. Refletimos também, sobre a função do professor no contexto da educação inclusiva. De acordo com Borges, Basso e Filho (2008), a legislação brasileira é bastante avançada com relação à inclusão escolar e toda escola deveria atender aos princípios constitucionais, porém, ela ainda é bastante excludente quando não são receptivas as características e condições especiais do autismo.

Contudo pode se inferir que apesar das dificuldades encontradas pela profissional do atendimento especializado, o processo de inclusão na escola Liceu de Iguatu vem ocorrendo de forma satisfatória, pois apesar de ser uma profissional responsável para atender vários discentes à mesma realiza seu trabalho de forma satisfatória assim como foi possível perceber nos relatos dos estudantes entrevistados.

5. REFERÊNCIAS

Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva; MEC, Brasília, 2010. _____. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

FERREIRA, M. E. C; Guimarães, M. (2003). **Educação inclusiva**. São Paulo: DP&A.

GATTI, A; BARRETO, E.S.S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. 294p.

JANUZZI, GILBERTA DE MARTINHO. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

SANT'ANA, I. M. (2005). **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores.** Psicologia em estudo, 10, 2, 227 – 234.